

DIFICULDADES NO TRABALHO DO REVISOR DE TEXTOS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA

Roger Vinícius da Silva Costa (PUC-Minas)

rogervsc@yahoo.com.br

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC-Minas)

nica.bh@terra.com.br

Daniela Paula Alves Pena (MP-MG)

danipapena@yahoo.com.br

1. Intuições iniciais

Definir o que os pesquisadores consideram como revisão de textos¹ não é tarefa fácil, uma vez que o conceito de revisão se diferencia de um pesquisador a outro ou até mesmo no interior de uma mesma obra. Essa diferenciação decorre, a nosso ver, de abordagens monodisciplinares em que a revisão é estudada.

Um agravante dessa situação é o fato de a prática aqui discutida ser frequentemente concebida, fora do escopo da ciência, como “correção”² de texto.

Em suma, um esforço de pensar a revisão textual dentro dos domínios da ciência requer considerar uma multiplicidade conceitual relativa à prática em foco e lidar com um amplo espectro de preceitos e leis formulados na e pela tradição gramatical.

Sobre essas duas exigências, abordaremos, na seção (2), a revisão de textos fundamentada na tradição gramatical e, na seção (3), a revisão

¹ Na maioria dos casos, utilizaremos as expressões “revisão de textos”, “revisão textual” e “revisão” como sinônimas, todavia a cada uma delas cabe a diversidade conceitual apresentada nesta seção.

² Referimo-nos a correção como a entende a tradição gramatical, e não como a define Kato (1998), conforme diremos mais adiante.

segundo a linguística e áreas a esta relacionadas. Na seção (4), discorre-mos sobre a atuação e a formação do revisor de textos. Por fim, na seção (5), apresentaremos uma breve aplicação integrada de dois conceitos usados pela linguística (gênero discursivo e gramaticalização) à atuação e formação do profissional.

2. Revisor de textos e tradição gramatical

Desde agora, destacamos que o revisor de textos precisa extrapolar os limites da tradição gramatical, expressão que usaremos, aqui, como um todo que englobaria três componentes detalhadamente analisados pelo linguista Marcos Bagno (2000): i) a “Gramática Tradicional”, o conjunto de ideais, ideologias, concepções, avaliações de língua que servirão de preceitos para a “Gramática Normativa”; ii) a “Gramática Normativa”, que regulamenta a gramática tradicional, isto é, dá-lhe uma materialidade verbal em forma de lei; e iii) os “comandos paragramaticais”, que seriam uma espécie de apêndice da gramática normativa e corresponderiam à rede formada por revistas e jornais de ampla circulação e a *sites* diversos (em todos esses, há matérias, colunas, postagens sobre como falar e escrever “corretamente”).¹ Apesar de estarmos propondo o uso provisório da expressão “tradição gramatical” – a fim de possibilitar a referência a um mesmo tipo de fontes de consulta do revisor de textos –, vale observar que o único motor da gramática normativa e dos comandos paragramaticais é a gramática tradicional.

Em outra obra (2004), o autor argumenta que as normas da gramática normativa se referem a um “ideal de língua”, que, nos termos do pesquisador, é justamente a “língua-padrão” e diferente da “norma culta”, que Bagno esclarece ser termo técnico da Sociolinguística – e não um ideal de língua, como se costuma confundir cotidianamente. Relegada ao plano do ideal, a língua-padrão não pode ser coletada e descrita empiricamente pelos cientistas da linguagem. Daí decorre a acientificidade da gramática tradicional (avaliação do autor) – e, por extensão, da tradição gramatical –, na medida em que tanto uma quanto a outra descrevem a língua-padrão.

¹ Na maioria dos casos, usaremos o termo “tradição gramatical” e, quando necessária especificação, empregaremos um dos citados componentes. É provável que as obras de referência em normalização de trabalhos técnico-científicos funcionem como comandos paragramaticais, em certos aspectos, embora, na maioria dos casos, restrinjam-se a questões tipográficas e ortográficas. Assim, optamos por não incluí-las no rótulo proposto, para não avançar consideração ainda pouco refletida.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Contudo, desde a metade do século passado, alguns gramáticos tradicionalistas começaram a incorporar conceitos e métodos da linguística. Conforme Silva (2006, p. 9),

[...] de 1960 aos anos mais recentes, gramáticos como Celso Cunha (*Gramática do Português Contemporâneo*, 1970), Celso Pedro Luft (*Moderna Gramática Brasileira*) ou Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*, 1961) tornaram possível a institucionalização de uma nova gramaticografia nacional, preparando o terreno e abrindo caminhos para um processo, ao mesmo tempo, de atomização e vulgarização de gramáticas diversas, cujos princípios teóricos vão do enfoque funcionalista ao descritivista, passando pelas abordagens pragmáticas (gramática de usos) ou sociolinguísticas (gramática do português falado).

Não nos interessam diretamente, aqui, os motivos e as nuances dessa mudança de paradigma na gramaticografia brasileira, e sim o simples fato de que houve essa reorientação epistemológica e metodológica no campo do saber teórico gramatical, que tradicionalmente é visto como extremamente estático. No que toca a esse último dado e complementando a explicação de Silva (2006), Perini (2010, p. 22, grifo nosso) acerta em constatar que

Em geral se entende, implicitamente, que as gramáticas usuais oferecem uma descrição completa da estrutura da língua. *Aliás, isso ajuda a explicar o fato de que elas não variam conforme passa o tempo: a lista de tópicos é mais ou menos a mesma nas gramáticas de 1949 e nas de 2009.* Desse modo, os estudos gramaticais tradicionalistas tendem a passar a imagem de uma disciplina basicamente “pronta”, com no máximo alguns pontos ainda controversos a acertar.

Mais especificamente em relação à diversidade de enfoques na produção e circulação de gramáticas em território nacional, destacamos dois grandes passos na direção do exposto pelo autor acima, que são as quase homônimas obras de Mário Alberto Perini (*Gramática do Português Brasileiro*, 2010) e de Ataliba T. de Castilho (*Nova Gramática do Português Brasileiro*, 2010). É estimulante perceber que a linguística passa a substituir o tradicional posicionamento de apenas elencar as inadequações da gramática tradicional – inadequações diante da realidade empírica de uso da língua – pelo de propor a sistematização do conhecimento teórico gramatical, para o que lança mão de *corpora* outros que não o de textos literários e da modalidade estritamente escrita. (BAGNO, 2004).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Não só a gramaticografia nacional começa a apresentar aplicações das novas¹ orientações da linguística. A julgar pela extensa produção de obras acadêmicas e didáticas sobre o assunto, os pesquisadores e profissionais que lidam com o ensino de língua² parecem estar, como nunca antes na história do Brasil, acompanhando os avanços da linguística. Entretanto, por falta de espaço e para não prejudicarmos o propósito deste trabalho, não faremos extensivos comentários sobre esse tópico.

Com base no avanço, em território nacional, da gramaticografia e do ensino de língua, os quais passam a sistematicamente incorporar conceitos e métodos da linguística, somos levados a pensar por que a atuação e a formação do revisor de textos parecem não ter seguido a mesma direção.

Tanto no senso comum como, provavelmente, na maioria das situações práticas – mesmo dentro da academia –, o revisor de textos seria concebido como um “inquisidor”³ responsável por fazer valer, incondicionalmente, os “preceitos” e as “leis” da tradição gramatical.

Primeiro, registramos “preceitos” e “leis” porque, embora nem sempre haja, nos compêndios de gramática tradicional ou nas correlatas colunas jornalísticas, regras explícitas de uso da língua, correntemente o revisor de textos fundamenta-se naqueles preceitos para tomar decisões sobre, por exemplo, questões estilísticas como a chamada “redundância”. Com relação a este – e a muitos outros tópicos⁴ –, nas experiências acadêmicas e profissionais dos autores deste artigo, não é difícil notar que vários argumentos usados para justificar alterações no original são “achismos”, impressionismos, idiosincrasias; carecem de fundamento em observações de fatos de uso real da língua.

¹ Referimo-nos a ‘diferentes’ abordagens, e não a ‘melhores’ ou ‘piores’ abordagens. A mesma ressalva serve para o substantivo “avanços”, no período subsequente.

² Importante discussão sobre este tópico consta de Soares (1986).

³ Conforme Houaiss, Villar e Franco (2001, p. 1623), foi o juiz do “tribunal eclesiástico instituído pela Igreja católica no começo do século XIII com o fito de investigar e julgar sumariamente pretensos hereges e feiticeiros, acusados de crimes contra a fé católica [...]”.

⁴ Conforme afirmamos já no resumo, não temos evidências empíricas que confirmem observações como esta. Isso, porém, demonstra um vasto campo de pesquisa para profissionais da área de Linguística. Mais adiante, citaremos alguns trabalhos, nesta área, sobre revisão textual, dentro e fora dos estudos linguísticos.

Segundo, fizemos uso do termo “inquisidor” para dar relevo: i) ao aspecto coercitivo da prática de revisão de textos quando pensada nos moldes da tradição gramatical; e ii) à falta de autonomia do profissional atuante nessas circunstâncias, que o impedem de reavaliar os preceitos e leis que segue em função da sistematização de fatos linguísticos encontrados durante sua própria atuação.

Até aqui, tratamos de explicitar a primeira dificuldade na tentativa de definir o que é revisão de textos, qual seja a de que a atuação e a formação do revisor de textos restringe-se majoritariamente ao âmbito da tradição gramatical. Na seção a seguir, apresentaremos diferentes conceitos de revisão formulados fora dessa esfera acadêmica e daremos conta, portanto, da segunda dificuldade relacionada àquela tentativa de definição.

3. *Revisão de textos numa perspectiva multidisciplinar*

No início do artigo, referimo-nos ao problema da monodisciplinaridade na definição do que seja revisão textual. A proposta de Pétilon e Ganier (2006), no entanto, é que o estudo da atividade de revisão de textos deve ser realizado de modo multidisciplinar pela linguística, pela Didática e pela Psicologia cognitiva. Por essência, segundo afirmam esses estudiosos, a revisão de textos é uma atividade multidisciplinar porque os pesquisadores que se debruçam sobre ela objetivam aprofundar conhecimentos sob diferentes perspectivas: i) a revisão realizada por diferentes escritores (alunos, autores, *experts*); ii) em contextos de produção variados (profissional, escolar); iii) em diferentes modalidades (manuscrita, informatizada, tomadas de notas); iv) em diferentes níveis de focalização (unidades frásticas isoladas, textos inteiros, obras literárias); v) em situações monogeradas (revisão de um texto por seu autor, sob a base ou não do *feedback* de leitores) ou poligeradas (escrita colaborativa).

Objetivamos aqui apresentar, de modo sucinto, três definições de revisão de textos do ponto de vista da psicologia cognitiva (HEURLEY, 2006), a fim de mostrar como o conceito de revisão é fluido.

Conforme apontam Monahan (1984) e Matsuhashi (1987), citados por Heurley (2006), a palavra “revisão” deve ser utilizada no plural, uma vez que ela se refere às modificações realizadas em um texto. Tal definição poder ser concebida do ponto de vista comportamental da atividade de produção de textos, ou seja, as ações de interromper a progressão do texto, a fim de modificar algo no texto previamente escrito. Nessa pers-

pectiva, a revisão pode ser vista como uma atividade de modificação em um texto já escrito que é realizada pelo próprio autor.

Já para Hayes e Flower (1980, 1986) e Hayes et al. (1987, apud Heurley, 2006), a revisão consiste em um subprocesso de redação que visa produzir uma melhora no texto. Nesse sentido, a revisão designa a estratégia utilizada por um redator que procura resolver um problema que detectou em um texto, esforçando-se ao máximo para preservar o texto original, e se diferencia da reescrita pura e simples de um texto.

Para Hayes (1996, apud HEURLEY, 2006), a revisão não deve ser considerada como um subprocesso da atividade de produção de textos, mas como um processo composto, constituído de vários subprocessos e de um objetivo guiado – melhorar o texto – que determina em que momento esses subprocessos devem ser postos em ação e em que ordem. Dito de outro modo, a revisão é um processo que assegura várias funções, dentre as quais verificar e melhorar o produto acabado.

Esta pequena revisão da literatura mostra as hesitações dos pesquisadores sobre a definição do conceito de revisão. A nosso ver, dependendo de qual perspectiva a atividade de revisão for estudada – autor, *experts*, aluno, organização, escola, segmento textual, obra completa –, há definições distintas para essa atividade.

Segundo Heurley (2006), uma das explicações que podem ser dadas para essa heterogeneidade da definição de revisão é que esta é muitas vezes concebida mais como um controle da produção escrita do que um subprocesso do processo de escrita.

Assumimos, aqui, que a revisão, independente de quem a realiza, em que contexto e com que objetivo, é uma etapa da produção de textos, porque o desvio – no sentido de assimetria – é constitutivo da linguagem. O simples fato de a língua ser usada, seja na modalidade oral, seja na escrita, implica que nenhum texto atenda a todas as disposições da tradição gramatical. Cabe notar que nem mesmo as obras literárias de cujos trechos a gramática tradicional extrai essas disposições escapam à força do uso real da língua, na medida em que essas mesmas obras apresentam ocorrências gramaticais divergentes das regras formuladas pela mesma lente que as tomou como *corpus*. (BAGNO, 2004).

Como bem sinaliza Kato (1998), não há mais quem defenda que escrever é um processo de inspiração. Sabe-se hoje que os produtos tex-

tuais, tanto os mais elaborados quanto os menos elaborados, envolvem uma fase de pré-escrita e uma de pós-escrita.

Na figura 1, proposta por Hayes e Flower e reformulada por Kato (1998)¹, buscamos situar a atividade de revisão.

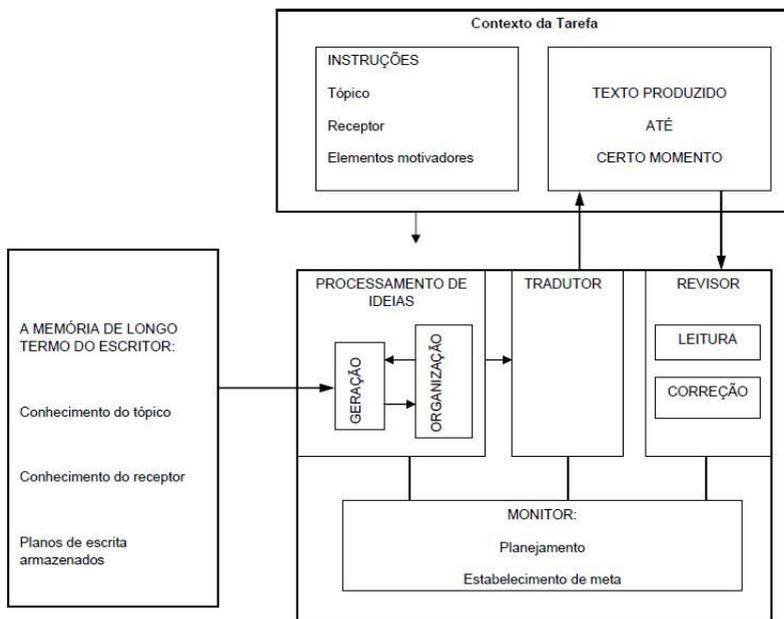


Figura 1: Modelo de Hayes e Flower para a escrita, reformulado por Kato (1998).

Segundo a proposta do esquema anterior, a revisão é uma das etapas constitutivas do processo de escrita de textos. Tal processo se funda em quatro macroprocessos: i) processamento de ideias; ii) tradução; iii) revisão; e iv) monitoramento.

A função do componente REVISÃO consiste, segundo o modelo acima, em examinar o material que o redator produziu sob forma de texto, procurando analisá-lo em termos de: i) falhas de convenções da escri-

¹ Embora Kato refira-se à revisão como etapa que visa à correção da forma, como também a um tipo de escrita monogerada, consideramos o modelo aplicável à discussão aqui proposta. Além disso, urge destacar que "correção", nesse modelo, não remete à tradição gramatical; ao contrário, poderia ser lida como o conjunto de operações de adequação condicionadas às condições de produção/recepção do texto.

ta; ii) imprecisão de significado; iii) acessibilidade para o leitor; e iv) aceitabilidade para o leitor.

4. Atuação e formação do revisor de textos: características e dificuldades

Descrever pormenorizadamente a atual situação em que se encontra o revisor de textos demandaria, no mínimo, algumas dissertações de mestrado e outras tantas teses de doutorado, além de algumas dezenas de artigos. Nesta seção, abordaremos esse tópico muito resumidamente, procurando apresentar alguns comentários que consideremos os mais relevantes, de acordo com a discussão aqui proposta.

4.1. Atuação¹

Pelo menos na última década e segundo percepção da coautora Daniella Rodrigues na experiência como coordenadora do curso de Especialização em Revisão de Textos (PUC Minas), há crescente procura por revisores, sugerida pelo aumento de pedidos de indicação de profissionais, demanda apresentada por parte de diversas instituições àquela professora.

Também a expansão dos cursos oferecidos em ambiente virtual responde pelo supracitado aumento, já que tais cursos exigem revisão de grande volume de material didático escrito.

4.2. Formação: comentários sobre duas obras selecionadas

Ainda conforme a coautora Daniella Rodrigues, as universidades brasileiras apresentam escassez de cursos especializados em revisão de textos, restando poucas alternativas aos interessados, distribuídas em instituições como a PUC Minas, a UFMG e a Unicamp. Optamos por não fazer mais comentários sobre os currículos e o funcionamento dos correlatos cursos, visto que, dispondo de informações apenas sobre o curso da

¹ As informações aqui citadas não provêm de observação empírica e sistemática. Certamente tal investigação seria muito relevante para melhor caracterização dos problemas relativos a esse e outros tópicos.

PUC Minas, seria indesejavelmente sugestivo considerar somente este e excluir os demais.

Em relação às fontes de consulta (obras de referência) atualmente disponíveis, notamos que, além das gramáticas normativas, dos dicionários e dos inúmeros recursos eletrônicos e *online*, o revisor de textos dispõe de pouquíssimas opções, as quais estão predominantemente compreendidas na esfera da tradição gramatical. Contudo há um ou outro esforço de inclusão dos pressupostos da linguística na sistematização da revisão de textos.¹

A fim de fornecer uma ideia geral sobre alguns dos respectivos manuais que encontramos, a seguir apresentaremos alguns comentários sobre duas obras: o *Manual do Revisor*, de Luiz Roberto Malta (2000), e *Além da Revisão: Critérios para Revisão Textual*, de Aristides Coelho Neto (2008). Abaixo de cada trecho, faremos sucintos comentários, a partir dos quais o leitor deverá acrescentar outros. Esclarecemos que não se trata de avaliações academicistas, dogmáticas, imparciais, mas apenas de algumas impressões surgidas a partir da leitura dessas e de outras obras e a partir da reflexão sobre a problemática desenvolvida neste trabalho.

Começemos pelo *Manual do Revisor* (MALTA, 2000), do qual comentaremos primeiro a “Apresentação”. Esta assim se inicia: “Este livro é o resultado de 35 anos de atuação na área editorial” (p. 11). Isso seria um argumento de autoridade? Atente-se para este dado em trechos posteriores. Continua o autor: “Na elaboração da parte teórica e prática, nos exemplos e na bibliografia, procurei chegar a um texto prático e atualizado, descomplicado”. (p. 11).

Sobre a “parte teórica e prática”, parece-nos que o autor não se refere a teorias do âmbito da linguística, mas de orientações provindas da tradição gramatical. Porém, como veremos na próxima obra, de fato o caráter descomplicado parece ter sido perseguido também pela obra de Coelho Neto, quando este se reporta aos “academicistas”.

Em seguida, o autor se refere à “fonte” da sistematização proposta na obra:

Aqui reuni o que aprendi e observei ao longo de muitos anos, e que julguei importante transmitir aos que se iniciam na atividade, ou que já a desempenham, e aos que fazem revisão esporadicamente. No último grupo incluí as

¹ Conf. comentário sobre Salgado (2007) na próxima seção.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pessoas que têm razoável base cultural e sólidos conhecimentos de português e que queiram e possam fazer um ‘bico’ revisando livros, revistas, folhetos. Afinal, todo texto necessita de revisão – desde um simples memorando interno de uma empresa, ou um panfleto, até um gigantesco *outdoor* que será visto, por dias ou semanas, por milhares de pessoas. (p. 11).

A fundamentação em experiência profissional pode ser confundida com a idiosincrasia. Onde estão os dados de pesquisas? É interessante notar que Malta se reporta “aos que fazem revisão esporadicamente” como “as pessoas que têm razoável base cultural e sólidos conhecimentos de português”. O que são e como se mensuram esses dois requisitos? O último claramente remete à tradição gramatical, cujos pressupostos passam todo o *Manual*, conforme lemos abaixo:

Cuidado, porém, com os objetivos deste livro: ele não é mais um *vademecum* (existem vários, muito bons) antierras, um resumo de gramática, regras de ortografia, crase, regência etc. É um manual destinado a ensinar uma atividade profissional, abrangendo aspectos como ferramentas e móveis necessários, iluminação, relacionamento com os clientes e como cobrar. (p. 11-12).

Essa marcada afiliação de Malta à tradição gramatical fica mais explícita na seção denominada “Requisitos para ser um bom revisor”:

Antes de mais nada, ser revisor exige ótimo conhecimento de português. Em matéria de regras de acentuação, regência, crase, por exemplo, o revisor tem que estar convicto, seguro, senhor de si, isto é, senhor de seu conhecimento. Revisor que, ‘de cara’, erra no seu currículo, *como já vimos muitas vezes*, deixando de pôr acentos, ou usando crase de maneira errada, não pode ser revisor; tem de voltar, e logo, à gramática, a um curso de atualização gramatical. (p. 27).

De acordo com o discutido sobre a tradição gramatical na seção 2, percebemos que “ótimo conhecimento de português” é justamente conhecimento sobre o que Bagno (2004) definiria como conhecimento de uma língua ideal, a língua-padrão. Nesse sentido, Malta vê como alicerce o que para nós é complemento (conforme ficará mais claro ao final deste trabalho): argumenta que o indivíduo desprovido daquele conhecimento sobre língua-padrão “não pode ser revisor”. Acrescentamos a isso a confusão entre as noções de ortografia, quanto à acentuação gráfica, e de gramática, equívoco da tradição gramatical muito bem observado por Bagno (2000, 2004) e cuja possível resolução estaria no conhecimento de princípios básicos de linguística.

Mais adiante, porém, há um posicionamento que merece destaque, em vista do que até agora foi dito pelo autor:

Note-se que não falei em ‘voltar à escola’, ‘voltar à leitura dos bons escritores’ etc., que seria tolice desatualizada. Um mergulho sério numa das diver-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

... as boas gramáticas – deixando de lado as partes de metrificação, fonemas e outras que não têm interesse prático para e na revisão – é passo necessário. (p. 27).

É louvável que Malta esteja preocupado com o que tenha “interesse prático para e na revisão”, a ponto de considerar “tolice desatualizada” um dos grandes lugares-comuns da tradição gramatical: o culto aos “bons” escritores.

Entretanto o argumento da experiência pessoal é novamente lançado, quando o autor se refere aos “cursos de redação, revisão gramatical, ‘gramática expressa’”, que, para ele, devem ser procurados pelo “candidato a revisor”: “Mesmo o autor com 35 anos de militância, recorre a essas reciclagens e atualizações. E pretende recorrer a elas até o final de sua vida”. (p. 27).

Qual seria o propósito, subjacente à materialidade textual, em reiterar o tempo de atuação como revisor? E que peso as “experiências pessoais” deveriam receber numa tentativa de sistematização da formação e atuação do revisor de textos, tentativa fundamentada não só na tradição gramatical, como na linguística?

É com esses questionamentos que agora passamos a resenhar a obra de Coelho Neto (2008), *Além da Revisão: Critérios para Revisão Textual*. Logo na seção “Preliminares”, pareceu-nos importante destacar alguns trechos sobre os motivos que teriam levado o autor a conceber a obra.

Quando me propus a escrever sobre revisão de texto, jamais me passou pela mente ser completamente original. Era abril de 2002, e eu, à época, aluno de um curso de Especialização em Língua Portuguesa implementado pelo UniCEUB, com professores da UNB. (p. 11).

O autor diz de sua monografia elaborada no referido curso de Especialização em língua portuguesa, que, conforme veremos em seguida, foi o primeiro (e talvez único) fundamentado em linguística por ele cursado.

O tom ameno das primeiras linhas dá lugar à típica paranoia dos revisores: o medo dos “erros” na versão final. Cabe observar que o incômodo vem de “erros”, pressupondo o binarismo certo/errado, e não de “inadequações”,¹ noção mais adequada a uma fundamentação em linguística:

¹ Repetimos que a “correção”, no modelo de Kato (1998), não se confunde com o sentido com que o termo é usado na tradição gramatical (conf. seção 3).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O que sempre me incomoda é a impressão final com erros que poderiam ser evitados. E a gota d'água para me decidir pelo tema da revisão de texto foi o fato de, no curso precitado, ter tido um proveitoso contato com uma gramática da língua portuguesa editada em Portugal. Contato profícuo, pelo excelente conteúdo, mas improficiente, pelo que a obra pecou por ausência de revisão – isso se revela inadmissível em obra que dita regras sobre a língua. (p. 11).

Por que a falta de revisão profissional seria inadmissível “em obra que dita regras sobre a língua”? Considerando que “ditar regras” é função da gramática normativa e dos comandos paragramaticais (v. seção 2), o papel do revisor seria o de promover perfeito espelhamento dos originais em relação à gramática tradicional? Seria o de revisor-inquisidor, a que aludimos anteriormente, na medida em que deveria punir os “pecados” das obras, independente das condições de produção/recepção de cada texto?

Somam-se a essas questões as “minhas experiências pessoais”, como havíamos dito acerca do autor precedente: “Vêm à baila neste trabalho minhas experiências pessoais, numa época de evolução vertiginosa dos recursos da informática, que influem nas técnicas de impressão, na produção da arte gráfica e na própria revisão”. (p. 12).

Onde está a sistematicidade científica, ou pelo menos a preocupação com esta?

Outro problema que consideramos necessário à reflexão aqui proposta diz respeito à formação do referido autor. Esse é um dos problemas da área de revisão textual, pois há profissionais de diversos ramos atuando com os mesmos fatos linguísticos. A diversidade de enfoques sempre é enriquecedora, ainda mais numa época em que se evidencia a necessidade de pensar o mundo multi-, inter- e transdisciplinarmente. Todavia há que se sistematizar essa situação, a fim de que as peculiaridades da atuação e formação do revisor não se percam entre olhares aleatórios sobre questões aleatórias.

Em relação a esse problema, vejamos a ressalva do autor acerca de sua própria formação:

Pelo fato de minha formação não ser específica (arquiteto, professor de artes plásticas, revisor-tradutor-escritor-articulista autodidata, e com especialização em língua portuguesa somente em 2002), preocupe-me em não me expor demasiadamente aos academicistas – fossem gramáticos ou sociolinguistas. (p. 13).

Cabe observar que, aqui e ao longo do trabalho, o autor confunde “acadêmicos” com “academicistas”, ao incluir gramáticos e sociolinguistas neste grupo. Mais à frente, essa questão ficará mais clara.

Desse modo, rumo aos não “academicistas”, segue na descrição de como deveria ser o trabalho:

[...] o trabalho não poderia ser árido – também não poderia ser vulgar –, de forma a poder ser lido pelo profissional de linguística textual, pelo revisor de textos, pelo publicitário, pelo jornalista, pelo leitor simplesmente amante do português. Um dos atrativos de *Além da Revisão* deveria ser a condição de ser agradável à leitura, contendo curiosidades, amenidades. (p. 13).

Ou seja, já que não direcionada aos “academicistas” e elaborada por profissional não suficientemente verticalizada em linguística – em vista da complexidade da atuação e formação do revisor de textos –, a obra se restringe a apresentar “curiosidades, amenidades” e, conforme consta das últimas páginas, “algum ineditismo e muito da experiência pessoal do autor” (p. 293). Sobre a citação acima, intrigou-nos a referência ao “leitor simplesmente amante do português”, com base na qual poderíamos inferir que o livro não pretende ser obra de referência para o revisor de textos.

Do capítulo “Uma celeuma em separado: preconceito linguístico e ‘comandos paragramaticais’”, selecionamos excertos referentes ao livro *Preconceito Linguístico: O que É, Como se Faz*, de Marcos Bagno, sobretudo as alusões de Coelho Neto às “batalhas impiedosas, em novas cruzadas linguísticas” (p. 47) entre linguistas e gramáticos tradicionalistas.

Num deles, afirma que “[Diante das citadas batalhas,] Um revisor de textos influenciável ou incauto fica pasmado, sem saber se opta pelo rigor ou pela permissividade” (p. 47). Desde quando a linguística é (ou não) “permissiva”? Ela não lida com permissão/proibição, mas com descrição dos fatos linguísticos na forma em que eles se apresentam ao pesquisador.

Insistindo nessa “permissividade”, segue o autor: “Quase ao final do livro de Bagno, o leitor comum praticamente está convicto de que vale tudo na língua escrita, porque a língua falada é mais importante” (p. 47). Coelho Neto parece reproduzir os argumentos de Pasquale, na coleção “Português Passo a Passo”, publicada por jornal de Minas Gerais, sobre a qual não faremos considerações, devido às restrições de espaço e propósito. Confusões como essa, acerca dos propósitos da linguística em comparação com os da tradição gramatical, parecem ser resultado da diversidade de olhares não iniciados em linguística os quais incidem sobre a atuação e formação do revisor de textos (bem como à atuação e formação do professor de língua, por exemplo).

Esse problema só poderia conduzir a afirmações como esta:

[...] Nós, revisores, por exemplo, influenciados, não estaríamos isentos de imaginar que, a partir de Bagno, deveríamos repudiar a gramática tradicional e consultar história, antropologia, filosofia, sociolinguística, linguística funcional, pragmática e tantas outras disciplinas (e em nível de mestrado e doutorado) antes de nos aventurarmos a fazer revisões. ‘Comandos paragramaticais’, jamais! (p. 47).

Para quem entende gramáticos e linguistas como “academicistas”, é fácil inferir que operar com a linguística implicaria “repudiar a gramática tradicional”. Obviamente, não é esse o propósito de Bagno (2004), que claramente se opõe a interpretações como aquela e esclarece que a gramática tradicional é um “patrimônio cultural” e que, em vez de a repudiarmos ou abandonarmos, devemos simplesmente ir *além* dela. E esse *além* pressupõe ir ao encontro da linguística, de outras disciplinas e da sistematização. Não se trata, portanto, de uma “aventura” desnecessariamente verticalizada “em nível de mestrado e doutorado” e prejudicial à atuação e formação do revisor de textos; ou de um “mergulho”, como é sugerido nesta passagem:

A cada dúvida, estabelecer-se-ia um roteiro para procurar as causas sociais de tudo, onde quer que estivessem. E assim mergulhar na vasta e por vezes contraditória literatura técnica. E decidir (pressupõe saber distinguir) por apontar ‘erros de português’ ou ‘meros erros de ortografia’, aliás, coisas bem diferentes... (p. 47).

O que Coelho Neto entende por “literatura técnica” parece estar mais próximo daquela definição de “academicistas” do que propriamente do que a primeira expressão significa na academia. Entretanto o autor parece avançar em relação à concepção de Malta, no que se refere às noções de ortografia e gramática, problema mencionado anteriormente.

[...] Discussões à parte, o risco que pode se apresentar com tanto aprofundamento é a perda do cliente, que de um revisor quer resultados, e não teorização além dos limites razoáveis. Ao cliente pouco importa se o revisor teve de vender o apartamento para ter em mãos livros de todas as correntes de estudiosos (que, aliás, sobrevivem, uma parte, com o fruto de seus estudos e da sua atuação profissional, e outra parte, das batalhas da mídia – note-se, há que goste, e como!). Afinal, o livro do cliente, se estiver no prelo iminente, não pode esperar por essa barafunda. (p. 47-48).

Parece-nos difícil entender por que o autor repudia o fazer acadêmico, confundindo-o com mero academicismo, e por que teme a sistematização científica na atuação e formação do revisor.

[...] Convenhamos, o problema não pode ser tão terrível. Pode estar faltando apenas um bom mediador, atuando entre gramáticos e linguistas, para que se

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

chegue ao desejável senso comum. Enquanto isso, continuamos a frisar, recomenda-se ao revisor maleabilidade e bom senso da adoção do padrão linguístico. (p. 48).

A variante linguística não é um produto a ser “adotado” pelo revisor; em vez disso, é um dado fornecido pela situação concreta de interação, a ser observado pelo revisor com formação básica em linguística.

Bom senso – tanto quanto canja de galinha –, se não fizer bem, não atrapalha em nada. Quem sabe possamos ter como mediador o próprio revisor, que, ao cumprir um relevante papel de boa vizinhança, agradará a todos, incluindo-se o cliente. (p. 48).

Aqui e em várias obras de tradição gramatical, o que seria o “bom senso” em termos de uso da língua? Mais complicado ainda seria tentar responder o que é o “bom senso” aplicado à atuação e formação do revisor de textos.

Essa possível atuação como mediador, por parte do citado profissional, é uma opinião interessante de Coelho Neto, mas, se o revisor adotar a posição “antiacadêmica” deste autor, dificilmente ocorrerá essa mediação.

Por último, apresentamos nas “Considerações finais”, autor dá uma série de conselhos ao leitor-revisor, dentre os quais: “Seja irredutível quanto a distorções graves em livros que dizem regras de português. Apontar tais erros é exercer a sua cidadania e prestar um serviço de utilidade pública” (p. 293).

Desta preocupação, vale comentar dois pontos. Primeiro, no segundo período do trecho, fica evidente a associação entre o revisor conforme o concebe Coelho Neto e o revisor-inquisidor, de que falamos linhas acima. Segundo, sobre os “livros que dizem regras de português”, interessa saber que o autor transforma em axioma o principal motivo pelo qual, nas “Preliminares”, disse ter escrito o livro – o fato de seu desapontamento com gramática portuguesa não revisada. Nesses dois pontos, a sistematização do saber acadêmico, repellido pelo autor, precisaria atuar.

É, no mínimo, curioso este último conselho: “Seja parcimonioso para com as opiniões contrárias dos estudiosos” (p. 293). O que é ser “parcimonioso” quanto a essas opiniões, se o autor apregoa o suposto perigo do aprofundamento de investigações sobre os fatos da língua e inclui no domínio do “academicismo” os gramáticos e os linguistas?

Não poderíamos deixar de dizer, porém, que, do ponto de vista temático, o trabalho de Coelho Neto é impecavelmente organizado e sur-

preendentemente objetivo. Discute com mais rigor os exemplos para cada tópico discutido, em direção diversa da de Malta (2000), cujos exemplos mais parecem ilustrações do que *corpora*. Se, além dessas qualidades, apresentasse fundamentos de linguística para a atuação e formação do revisor de textos, constituiria um excelente ponto de partida para a concretização do que problematizamos neste artigo.

Após essa breve análise das obras de Malta (2000) e Coelho Neto (2008), somos levados a concluir que elas não apresentam fundamentação em linguística para a atuação e formação do revisor de textos. Cabe ressaltar que, a nosso ver, isso não é um defeito intrínseco – não estamos, aqui, na condição de “juízes da linguística”. Na verdade, queremos apontar para a possibilidade de serem desenvolvidas empreitadas que objetivem superar os problemas da supervalorização (ou “exclusivização”) da tradição gramatical e a superposição das experiências pessoais aos resultados que surgiriam de pesquisas sistemáticas.

Será que os manuais voltados para revisão de textos sofrerão do mesmo problema apontado por Perini (2010, p. 22) acerca das gramáticas normativas? Diz o linguista que “[...] elas não variam conforme passa o tempo: a lista de tópicos é mais ou menos a mesma nas gramáticas de 1949 e nas de 2009”.

5. *Gêneros discursivos e gramaticalização: possível contribuição da linguística*¹ à atuação e formação profissional do revisor de textos

Nesta seção, apresentaremos, de forma bastante resumida, dois conceitos desenvolvidos na linguística e, em nossa visão, possivelmente aplicáveis, de forma integrada, à atuação e formação profissional do revisor de textos: i) gênero discursivo e demais condições de produção/recepção do texto; e ii) gramaticalização.²

¹ Nosso alvo é levantar um debate sobre o assunto, e não insistir num pioneirismo revolucionário entre linguística e revisão de textos. Nesse sentido, indicamos os trabalhos da professora, pesquisadora e revisora profissional Luciana Salazar Salgado, dentre os quais a tese de doutorado (2007). Fundamentalmente, a produção de Salgado afilia-se à análise do discurso francesa, sobretudo às formulações de Maingueneau e Pêcheux. Para muito além da tradição gramatical, busca compreender a prática de revisão de textos dentro de um conjunto e práticas de textualização e de coconstrução da autoria imbricadas na complexa dinâmica do mercado editorial brasileiro. Neste artigo, não tentaremos aplicar os achados de Salgado, oportunidade que fica para uma próxima produção.

² Caberia lançar mão também das orações relativas (padrão, cortadora e copiadora), comentadas por Bagno (2004), o que não faremos por falta de espaço. Contudo mesmo as observações ao final desta seção valeriam para a (não) manutenção da ocorrência seja de relativa padrão, seja de corta-

5.1. Gênero discursivo

Entendemos como gêneros discursivos, segundo Bakhtin (p. 280) “tipos relativamente estáveis” de enunciado, elaborados por diferentes esferas ideológicas (religiosa, jurídica, escolar, literária, médica etc.). Assim, sermão religioso, artigo científico, aviso à comunidade, poema, receita médica, entre outros, seriam diferentes gêneros discursivos, porque produzidos em esferas ideológicas diversas e dotados de características também diversas, em relação a uma série de aspectos que aqui não descreveremos adequadamente, por falta de espaço.¹

Basta entender, por ora, que a proposta de estudar a língua a partir de sua materialização em gêneros discursivos pressupõe que a língua não é um todo homogêneo, e que é atualizada em diferentes práticas segundo condições de produção reais, históricas, situadas. Nessa perspectiva, revisar significa revisar gêneros discursivos – e não um amontoado de frases artificiais, como opera a tradição gramatical. E, independente da vontade dos tradicionalistas, esses gêneros apresentam fenômenos como o descrito a seguir. Se o revisor se aprofundará ou não na descrição desses fatos, se ficará ou não acuado como Coelho Neto (2008), é uma questão de escolha.

5.2. Gramaticalização

Diferentemente da concepção tradicional de gramática como manual de consulta um que está o conjunto de regras de uso “correto” da língua, definir o que é gramaticalização depende de um conceito de gramática segundo o qual esta, conforme Castilho (2010, p. 138),

é o sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas em três subsistemas: (i) fonologia, que trata do quadro de vogais e consoantes, sua distribuição na estrutura silábica, além da prosódia; (ii) a morfologia, que trata da estrutura da palavra; e (iii) a sintaxe, que trata das estruturas sintagmática e funcional da sentença.

Assim, para o mesmo autor (2010, p. 138), a gramaticalização é

um conjunto de processos por que passa uma palavra, durante as [*sic*] quais (i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e se-

dora, seja de copiadora, isso em função do gênero discursivo e das demais condições de produção/recepção do texto.

¹ Remetemos o leitor a Marcuschi (2002) e Dionísio, Machado e Bezerra (2010).

mânticas; (ii) transforma-se numa forma presa; (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Tais processos atuam nos níveis fonológico (fonologização), morfológico (morfologização) e sintático (sintaticização). Sobre este último, cabe exemplo do autor,¹ as “construções de tópico”, como na frase *A harmonização, trata-se de um esforço inadiável, considerando-se as demandas da atual sociedade da informação*. (2010, p. 279). Nesse caso, gramaticalmente, há “sintagmas nominais anacolúuticos, ou seja, fragmentos soltos, sem conectividade sintática com o resto”; discursivamente, “expressões que fornecem um quadro de referências para o que vai ser elaborado no texto”; e, semanticamente, sintagmas que “veiculam uma informação ainda não integrada na memória de curto prazo”.

Outro exemplo de sintacização, em dissertação de Cabral (2010), trata-se da função do *onde* na configuração de adjuntos sentenciais no português brasileiro. Nesse estudo, o pesquisador decidiu investigar construções em que o *onde* aparecesse não só como pronomes relativos ou conjunção subordinativa indicativa de “lugar” (perspectiva da tradição gramatical), como em “A pousada *onde* dormi é simples, mas confortável”. (2010, p. 15.). Por meio de análise fundamentada principalmente em Chomsky e Benveniste, Cabral verificou a ocorrência de estruturas e valores semânticos diferentes dos autorizados pela tradição gramatical, conforme a sentença “Outra situação histórica que podemos observar é a ditadura militar no Brasil, *onde* a população teve que conviver com o regime ditado pelos militares.”, por exemplo (2010, p. 16).

Certamente, casos como os sumariamente comentados acima, relativos às construções de tópico e ao uso do *onde* já devem ter trazido muitas dores de cabeça para o revisor de textos, visto que, em diversas situações, é preciso entender o que o autor quis dizer no original, para propor alguma alteração. E, para compreender como a língua está sendo usada de em situações reais, por falantes reais, com propósitos reais, é indispensável debruçar-se sobre os achados da linguística. Não nos referimos a simples consultas esporádicas às gramáticas de Perini (2010) e Castilho (2010), mas a uma sistemática tentativa de aplicação das descrições dos fenômenos linguísticos constantes dessas e de muitas outras obras científicas à atuação e formação profissional do revisor de textos. Ressaltamos que, neste artigo, limitamo-nos a somente chamar a atenção

¹ Os exemplos citados pelo autor são numerosos e se referem tanto a casos de latim/português quanto de português arcaico / PB, bem como a construções do PB contemporâneo.

para essa possibilidade e, na medida do possível, convencer o leitor da respectiva necessidade de concretização no âmbito acadêmico.

É nossa esperança e nosso desejo que, construída tal metodologia de atuação e formação do revisor de textos com base nas descobertas da linguística, seja possível ao revisor-cientista, e não ao revisor-inquisidor, fazer pertinentes propostas de alterações tipográficas, ortográficas, gramaticais, lexicais e discursivas.

Isso porque, se o revisor de textos estiver “cego” com o ideal de língua da tradição gramatical e preso ao nível da frase – sobretudo o da frase didaticamente descontextualizada –, ele não terá condições de avaliar que, por exemplo, *um anúncio publicitário de empresa de telefonia móvel destinado a adolescentes* não exige (gênero discursivo anúncio publicitário + outras condições de produção/recepção do texto) a mesma formalidade que *um artigo jurídico produzido por um Procurador de Justiça a ser publicado em periódico de instituição estatal* (gênero discursivo artigo científico + outras condições de produção/recepção do texto). Pelo contrário, o profissional deverá ser capaz de perceber que será cabível, por exemplo, a ocorrência de construções de tópico apenas na primeira situação de uso real da língua (**O celular que você sempre sonhou, você só encontra aqui!**), mas não na segunda (***A lei em questão, definiremos com supedâneo em contemporâneas teorias sociológicas e antropológicas**).

Este foi um exercício simplificado de aplicação integrada dos conceitos de gênero discursivo (este associado às demais condições de produção/recepção do texto) e gramaticalização à atuação e formação profissional do revisor de textos. Insistimos em ressaltar que os conceitos poderiam ser muitos outros, o que se aplica também aos exemplos apresentados. Parece-nos, entretanto, que o atual estágio de desenvolvimento teórico-metodológico da linguística no Brasil é bastante favorável.

6. Intuições finais

Mesmo na falta de evidências empíricas – frisamos –, tentamos provocar um debate sobre a situação atual do revisor de textos, a partir da experiência de um estagiário em revisão de textos, uma professora universitária e uma revisora profissional concursada. De forma alguma sobreposamos nossas experiências pessoais à possibilidade e necessidade de

serem realizados estudos sistemáticos acerca da problemática desenvolvida.

Assinalamos também que a pequena proposta de operacionalização de alguns conceitos da linguística (gênero e gramaticalização), que poderiam ter sido outros, não passa de um exercício preliminar, uma sugestão e um convite.

Ainda assim, a principal mudança de perspectiva por parte dos profissionais de revisão seria abandonar a concepção de revisor-inquisidor. Cabe ao revisor de textos, em vez disso, propor alterações necessárias à adequação dos textos às condições de produção/recepção desses textos. E tais alterações compreendem desde as escolhas tipográficas e ortográficas, passando pelas gramaticais e lexicais, até as estilísticas e discursivas.

Seria muito gratificante se, nestas últimas palavras, o leitor estivesse revendo concepções, elaborando perguntas, formulando hipóteses, propondo alternativas, *sistematizando*; e estivesse, sobretudo, interessado em continuar, criticar e estender a discussão aqui iniciada. Temos certeza de que há muito o que (re)fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

BAKHTIN, Mikhail M. (1979/1992). Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 278-359.

CABRAL, Althiere Frank Valadares. *A função do “onde” na configuração de adjuntos sentenciais no português brasileiro*. 96 f. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_CabralAF_1.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para a revisão textual*. Brasília: Senac, 2008.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2010. (Estratégias de ensino; 18)

HEURLEY, Laurent. La révision de texte : L'approche de la psychologie cognitive. *Langages*, Paris, n. 164, p. 10-25, 2006. Disponível em: <http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Heurley_Revision.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MALTA, Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Lucerna, 2002.

MONAHAN B. D. Revision strategies of basic and competent writers as they write for different audiences. *Research in the Teaching of English*, [s.l.], n. 18, p. 288-304, 1984.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010. (Educação linguística, 4)

PÉTILLON, Sabine; GANIER, Franck. L'étude de la révision de texte: de la mono- à la pluridisciplinarité. *Langage*, Paris, n. 164, p. 3-9, abr. 2006. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_2006_num_40_164_2668>. Acesso em: 9 nov. 2011.

SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. 2007. 298 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000428478>. Acesso em: 9 nov. 2011.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SILVA, Maurício da. A gramática brasileira novecentista: uma história. *Letra Magna*, [s.l.], ano 3, n. 4, p. 0-9, 1º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/gramatica1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986. (Fundamentos, 10)